

Bloco defende abertura de serviço de urgência em Ponta Delgada e urgência da CUF inteiramente dedicada ao serviço público

O Bloco de Esquerda defende a abertura de um serviço de atendimento urgente no concelho de Ponta Delgada e que o serviço de urgência do hospital da CUF seja inteiramente dedicado ao serviço público, apenas com o critério clínico para prioridade no atendimento.

Numa conferência de imprensa, hoje, em Ponta Delgada, António Lima começou por “saudar todos os profissionais de saúde, bombeiros e voluntários que responderam de forma exemplar ao incêndio” no hospital de Ponta Delgada e que “salvaram muitas vidas”.

Perante a situação excecional criada pelo incêndio e com a declaração do estado de calamidade pública, o Bloco de Esquerda defende que deve ser aberto um serviço de atendimento urgente em Ponta Delgada – no mínimo à semelhança do que foi feito no centro de saúde de Lagoa – e que funcione preferencialmente 24 horas por dia.

António Lima lembra que o concelho de Ponta Delgada concentra praticamente metade da população da ilha de São Miguel e não pode ficar sem um serviço de urgência, por mais básico que seja, até porque “não existe uma rede de transportes que permita a circulação entre a maioria das freguesias do concelho de Ponta Delgada e os restantes concelhos em tempo útil”.

“A linha de Saúde Açores, por melhor que funcione, não dará resposta a todas as situações”, por isso é “fundamental que exista no imediato um serviço para atendimento pouco urgente no concelho de Ponta Delgada”, adianta o deputado do Bloco.

O Bloco de Esquerda considera também que o serviço de urgência do hospital da CUF deve estar “inteiramente dedicado ao serviço público, para os casos mais urgentes e diferenciados, devendo ser o único critério para o atendimento o critério clínico”.

“Existir ao mesmo tempo atendimento referenciado e atendimento comercial – em que o utente paga o atendimento, leva a que o serviço mais diferenciado que a ilha tem se dedique também a situações pouco urgentes, podendo desperdiçar recursos escassos, para além da desigualdade no acesso que gera entre quem pode pagar um atendimento urgente e quem não pode”, explica o deputado do Bloco.

“Estamos numa situação de calamidade declarada e real, em que no setor da saúde, todos os recursos públicos e privados devem estar canalizados para responder a esta situação, priorizando sempre as situações mais graves”, acrescentou António Lima.

O Bloco considera também que devem ser garantidas melhores condições ao nível do alojamento para os doentes com insuficiência renal que se encontram na Madeira: a opção pelos quartéis do exército “foi uma solução rápida para uma situação de emergência que é preciso valorizar”, mas estes doentes devem agora ser alojados, por exemplo, em hotéis, como acontece com os doentes que estão na cidade da Horta, explica António Lima.

Garantir acompanhamento de doentes deslocados da ilha, com prioridade para as mulheres grávidas e doentes com maior dependência, é outra das questões essenciais no imediato, para o Bloco.

Além destas questões relacionadas com a garantia do acesso à saúde, que é a prioridade imediata, o Bloco considera que o Governo Regional deve tornar público, assim que concluído,

o relatório detalhado dos danos infraestruturais e ao nível dos equipamentos do HDES e garantir uma investigação ao incêndio, por entidade independente, às instalações e ao sistema de segurança contra incêndio, nomeadamente quanto seu estado de conservação, adequação, funcionamento e manutenção, e ao cumprimento das normas em vigor.

“O Governo Regional deve ainda solicitar ao Governo da República uma clarificação quanto à percentagem dos custos de toda esta calamidade que se disponibiliza o Governo da República a pagar, considerando as declarações da ministra da saúde na sua visita aos Açores”, disse António Lima.

É também importante que o governo clarifique o que significa o “novo hospital” anunciado pelo presidente do Governo Regional e como se chegou ao prazo de 2 anos para a sua construção.

A ideia de “um novo hospital, não pode significar que a atividade vai ficar condicionada durante tanto tempo”, alertou António Lima, considerando que a prioridade tem que ser a recuperação total da atividade do HDES”.

O Bloco de Esquerda está certo de que “todos – profissionais, administrações hospitalares e centros de saúde e governo regional – estão a fazer um enorme esforço para responder a esta situação que é muitíssimo grave e preocupante”, e considera que a resposta e articulação dos primeiros dias “tem sido globalmente positiva”, mas deixou hoje os seus contributos e alertas para a resolução dos muitos e sérios problemas que o incêndio gerou, no sentido de garantir uma resposta cada vez mais abrangente à população de São Miguel e dos Açores, que “não pode ficar muito tempo com a atividade de saúde tão condicionada como ainda se encontra”.

Ponta Delgada, 9 de maio de 2024
